

INAUGURAÇÃO DA FEIRA AGRÍCOLA AÇORES 2018

Angra do Heroísmo, a 15 de junho de 2018

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Deixem-me começar por partilhar convosco o gosto que tenho de estar aqui por esta ser uma mostra importante da qualidade, do dinamismo e do saber fazer da agricultura açoriana, nos mais diversos setores.

Mas também o gosto por este evento decorrer num espaço novo, recentemente inaugurado, que traz maiores condições e maior dignidade a eventos deste tipo realizados aqui na ilha Terceira.

Eventos como esta Feira Açores mostram bem aquilo que de melhor temos feito, que de melhor fazemos e podemos vir a fazer. O enaltecimento das melhorias que se verificaram, o enaltecimento da excelência da nossa produção e, no fundo, de um trajeto que é globalmente positivo de sucesso e de superação de desafios, é algo que não pode deixar de ser registado.

Falo do trajeto que tem sido feito de melhoria constante e crescente do maneio animal e das pastagens, da infraestruturização de explorações agrícolas com o abastecimento de água, o fornecimento de luz e a melhoria de caminhos agrícolas, do melhoramento genético, da quantidade e da qualidade da produção de leite e laticínios. O reforço, no global, da competitividade desta fileira representa milhões de euros de investimento público e de investimento privado.

São centenas, se não milhares, de quilómetros de caminhos agrícolas, de ramais de abastecimento de água, de linhas de abastecimento elétrico. É, no fundo, um esforço na modernização, na diversificação e no reforço da competitividade que é notório e evidente e, para além disso, com resultados concretos e visíveis.

Mas não é por causa disso que eu acho que devemos estar aqui. E isto leva-nos ao primeiro desafio que este evento representa, que é o de nos superarmos ou, se preferirem, o desafio de que esta Feira Açores decorra sob o signo do inconformismo e da exigência.

Por vezes, é um facto, pode haver a tentação de nestes eventos nos centrarmos apenas no trabalho, no esforço e no caminho que nos trouxe até aqui, esquecendo que a nossa meta deve ser fixada bem mais além.

Por isso, falo em inconformismo e exigência. Inconformismo e exigência a começar pelo próprio Governo dos Açores e serviços da Administração Regional que se relacionam com os nossos agricultores.

É imperativo manter sempre o inconformismo e a exigência com a nossa própria atuação, melhorando procedimentos que possam servir melhor os agricultores, combatendo marasmos e burocracias que dificultam e condicionam a excelente qualidade do serviço que queremos e temos de prestar aos agricultores.

Exercendo um sentido crítico, também ele exigente sobre a nossa ação, e tendo a humildade de reconhecer que nem sempre as soluções que defendemos resultaram ou resultam da maneira que nós gostaríamos que resultassem.

Tendo consciência, também, que o percurso que já fizemos no setor agrícola, na modernização, na infraestruturização, no investimento público, em áreas fundamentais que reforçaram a competitividade deste setor não significam apenas que já fizemos este percurso. Significam, sobretudo, que há novos desafios que devem ser enfrentados, com sentido de inovação, com determinação e com criatividade.

Inconformismo e exigência que impõem que se reconheça que, também fruto do enorme esforço de formação, a relação entre serviços oficiais e os agricultores é, cada vez menos, uma relação entre emissores e destinatários e, cada vez mais, uma relação entre parceiros, cujas mais-valias individuais podem e devem ser potenciadas para benefício comum e coletivo.

Inconformismo e exigência, também, na relação com os restantes parceiros deste setor e deles entre si. Significa isso maior eficácia e articulação dentro desta fileira, mas também a transparência no processo de formação de preços que influem no rendimento dos agricultores, como é o caso do preço do leite ao produtor, em geral, e, em especial, aqui na ilha Terceira.

Para um fortalecimento global desta fileira julgo que poderá ser muito útil reforçar os mecanismos de partilha de informação, para que todos possam ficar melhor elucidados e esclarecidos sobre, desde logo, as razões para que a recuperação do preço do leite pago à produção se arraste, levando a que, hoje em dia, o preço do litro de leite pago aos produtores nos Açores mantenha um diferencial que persiste, ou às vezes aumenta, em relação ao continente e à Europa, quando deveria esbater-se.

Inconformismo e exigência dos próprios produtores consigo próprios e com as suas organizações representativas, reforçando a competitividade das suas explorações com informação, com formação e com a utilização de novas tecnologias, que constituem, cada vez mais, um fator imprescindível na gestão profissional das explorações agrícolas.

Inconformismo e exigência também no plano externo, face ao país e face à União Europeia, sobretudo no momento em que se conhecem as propostas da Comissão Europeia para o próximo período de programação financeira e, em especial, no que aqui nos reúne, naquilo que tem a ver com a Política Agrícola Comum.

Três aspetos são, a este propósito, particularmente importantes e que reputo de fundamentais:

Em primeiro lugar, uma questão de quantitativos: a forma como, nas propostas da União Europeia, se pretende reduzir os montantes destinados ao desenvolvimento rural - o mesmo é dizer os montantes destinados àqueles investimentos que podem contribuir para a competitividade e para a sustentabilidade futura da agricultura, a nível europeu e também aqui nos Açores - ao mesmo tempo que se mantêm ou reforçam ligeiramente aqueles que são os valores destinados, única e exclusivamente, à manutenção do rendimento.

Essa é uma opção política da Comissão Europeia que tem, e terá, consequências profundas naquele que é o tecido agrícola a nível europeu e que não podemos, pura e simplesmente, aceitar de forma passiva, mas que podemos e devemos, como temos feito, questionar a União Europeia quanto ao sentido que tem este tipo de alteração.

Em segundo lugar, e derivado desta, a opção política de reforçar a intervenção da Comissão Europeia em detrimento daqueles que são os programas geridos diretamente pelos Estados e pelas Regiões.

Com a diversidade de agricultura que se verifica a nível europeu, esta é uma opção que nos suscita e que deve suscitar as maiores reservas, pois entendemos que não tem em conta, ou que, potencialmente, não terá em conta em toda a sua extensão aquele que deve ser o cuidado e a atenção dirigida às agriculturas de cada um dos países e das regiões e, sobretudo no caso vertente, aquilo que tem a ver com a agricultura de uma Região Ultraperiférica como os Açores.

Um terceiro aspeto de particular importância prende-se com o POSEI e com a proposta que a Comissão apresentou de redução de verbas, num movimento que não encontra justificação no montante que assim se poupa, tendo em conta o montante global da PAC dirigido ao nosso país, que não encontra justificação na avaliação que a própria Comissão Europeia faz do funcionamento do POSEI, que não encontra justificação naquela que deve ser a atenção da União Europeia face às Regiões Ultraperiféricas.

E um quarto aspeto, quanto ao tempo de implementação desses fundos comunitários do próximo quadro de programação financeira, que é essencial que esteja ele próprio concluído e com a regulamentação feita até ao final do primeiro semestre do próximo ano, permitindo dessa forma que não existam intervalos em demasia, que não existam lapsos de tempo quanto à utilização dessas verbas e desses recursos.

Também aqui, inconformismo e exigência, não para um exercício simples de bravata, mas pela necessidade fundamentada e consistente de alicerçar nesse inconformismo e nessa exigência a sustentabilidade do setor agrícola.

Uma boa feira a todos e muito obrigado.